

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Daniela Maia Cunha

DESAFIOS DO COMBATE A FOME: UM ESTUDO CRÍTICO DA ATUAÇÃO DA FAO
CHALLENGES ON MITIGATING GLOBAL HUNGER: A CRITICAL ANALYSIS ON
THE ROLE OF FAO

DOURADOS

2016

Daniela Maia Cunha

DESAFIOS DO COMBATE A FOME: UM ESTUDO CRÍTICO DA ATUAÇÃO DA FAO
*CHALLENGES ON MITIGATING GLOBAL HUNGER: A CRITICAL ANALYSIS ON THE
ROLE OF FAO*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande Dourados,
como pré-requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Me. Tchella Fernandes
Maso.

DOURADOS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C972d Cunha, Daniela Maia.

Desafios do combate à fome : um estudo crítico da atuação da
FAO. / Daniela Maia Cunha . – Dourados, MS : UFGD, 2016.

23f.

Orientador: Tchella Fernandes Maso.

Monografia (Graduação em Relações Internacionais) –
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. FAO. 2. Segurança Alimentar. 3. Organizações
Internacionais. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UF
GD

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo quinto dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **DANIELA MAIA CUNHA**, tendo como título **SEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A ATUAÇÃO DA FAO À LUZ DAS TEORIAS LATINO-AMERICANAS**.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Me. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador) e Dr. João Nackle Urt (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Tchella F. Maso
Me. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

Mario
Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Examinador

João Nackle Urt
Dr. João Nackle Urt
Examinador

OS DESAFIOS DO COMBATE A FOME: UM ESTUDO CRÍTICO DA ATUAÇÃO DA FAO.

Resumo: O presente artigo propõe um estudo crítico acerca da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e como seus projetos contribuem, e se, contribuem com a segurança alimentar mundial. É realizada uma análise em cima do último relatório da FAO, “O estado da insegurança alimentar no mundo 2008” onde propõe uma análise entre o que a organização propõe para a crise alimentar que vivemos e o que de fato acontece no cenário internacional. O fundamento da pesquisa propõe uma reflexão normativa fazendo-se uso de instrumentos de pesquisa qualitativos, bem como a realização de uma análise documental e estudo histórico, sendo os principais referenciais Stephen Gill e autores dessa linha como Saskia Sassen e Janine Brodie, bem como fontes oficiais da FAO. Concluiu-se que as ações da organização visam à cooperação internacional e na visão da presente autora, provém uma ajuda imediatista às populações que sofrem com a insegurança alimentar, principalmente a rural. Valendo-se da recente literatura acerca das organizações internacionais, argumenta-se que a FAO poderia exercer seu papel não apenas de forma arbitral e sim tocando em pontos estruturais que de fato proveriam a soberania alimentar mundial. Como outras organizações internacionais, seu objetivo, não é romper com a ordem mundial vigente, mas amenizar as contradições do sistema mundial de desigualdades.

Palavras Chaves: FAO; Segurança Alimentar; Organizações Internacionais.

Abstract: This article presents as object of study the Food and Agriculture Organization of United Nations, and as objective it will analyze critically the measures proposed by FAO to combat the food insecurity. The basis of this search purposes a normative thought using qualitative research instruments as well as the holding of a bibliographic study. This search is based on FAO official sources; specifically the report developed by the organization in 2008 “The state of insecurity food in the world”. It also based on theoretical framework of Global Governance, which has supported by references as Stephen Gill and another authors in this line of research as Saskia Sassen and Janine Brodie. Using the recent literature on the international organizations, it concludes that FAO contribute with an immediate help to the communities which suffer with the food insecurity. Considering what has been exposed, this article argues that FAO may play its role not only in arbitrary manner, even so dealing with structural points that in fact give food sovereignty global. As well as other international organizations, the FAO objective is not to break with the current world order, but ease the contradictions of the inequality world system.

Key-words: FAO; Food Security; International Organizations.

I. Introdução

“Metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come” (CASTRO, 1984, p.20). A frase é de Josué de Castro, geógrafo e cientista que dedicou a vida a refletir sobre um tabu: a fome. Conceitualmente, tabus são convenções sociais, religiosas e culturais criadas pela sociedade como forma de delimitar certas práticas ou silenciar determinados assuntos. A frase de Josué de Castro abarca os dois lados desta referida condição de carência: a insegurança atinge tanto quem não possui acesso ao alimento; logo, sofre com a fome; quanto o outro que, tendo acesso ao alimento, teme pela violência que a presença da fome pode engendrar.

O presente artigo propõe um estudo crítico acerca da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e como seus projetos contribuem, e se, contribuem com a segurança alimentar mundial. É realizada uma análise em cima do último relatório da FAO, “O estado da insegurança alimentar no mundo 2008” onde propõe uma análise entre o que a organização propõe para a crise alimentar que vivemos e o que de fato acontece no cenário internacional. O fundamento da pesquisa propõe uma reflexão normativa fazendo-se uso de instrumentos de pesquisa qualitativos, bem como a realização de uma análise documental e estudo histórico, sendo os principais referenciais Stephen Gill e autores dessa linha como Saskia Sassen e Janine Brodie, bem como fontes oficiais da FAO.

O artigo é dividido em quatro seções. Inicialmente é feita uma pequena construção teórica acerca da atual governança global e seus desafios. Em seguida é desenvolvido um levantamento teórico sobre as organizações internacionais e sua definição segundo alguns teóricos. Dando continuidade, explana-se sobre a história da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, seus objetivos na luta contra a insegurança alimentar mundial, os atuais projetos em desenvolvimento. Conceitua-se o termo Segurança Alimentar bem como outros importantes à análise como Segurança Humana, Soberania Alimentar, fome, desnutrição e pobreza. Após delinear asserções fundamentais ao estudo, o artigo é

finalizado com uma análise entre o que fora proposto pela FAO em seu relatório de 2008 a respeito da crise alimentar mundial e o que de fato é realizado dentro do sistema internacional com o intuito de pôr fim a fome no mundo.

II. Governança Global

A linha majoritária das relações internacionais adota a concepção de governança global como “a totalidade das maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, p. 2, 1996 apud LORENZETTI, CARRION, 2012). Os autores desta linha, comumente chamados de otimistas liberais, acreditam que as mudanças no cenário internacional trouxeram aspectos positivos como: a disseminação de culturas e valores, aumentando a capacidade de grupos com interesses afins em se organizarem para além das fronteiras nacionais, como frequentemente observa-se em casos que envolvam direitos humanos ou gestão ambiental; a redução ou fim de conflitos de poder ou ideológicos que ocorreram ao longo do século XX graças à criação das Nações Unidas; o aumento e alcance das ações das instituições internacionais entre outros aspectos assertivos. O conjunto dessas transformações conduz ao que o “universalista ocidental otimista” intitula por “enredamento progressivo”, ou seja, o desenvolvimento e a disseminação de valores liberais que sustentem a economia liberal e a interdependência econômica bem como a autonomia de uma sociedade civil global (HURRELL, 1999).

No entanto existem outras leituras, argumentos e autores que evidenciam as assimetrias dessa atual governança global com viés neoliberal. Alega-se que tais mudanças não ocorrem em ambientes neutros. Sabe-se que os interesses específicos das grandes potências influenciam – de modo taxativo – na criação de vários regimes internacionais. Depara-se com falhas estruturais como a fragilidade da sociedade civil transnacional ou a falta de regulação dos sistemas de mercado que geraram desigualdade e instabilidade econômica global (BRODIE, 2015). Desse modo, o cerne da questão é a divisão entre o progresso do sistema internacional considerado legítimo por alguns e a incapacidade do mesmo em sustentar moral, política e materialmente as suas consequências (HURRELL, 1999).

O período pós anos 1980 foi antecedido por sistemas econômicos e políticos marcados pela redistribuição keynesiana. As características do período como produção em massa, especialmente nas economias de mercado, dinâmica distributiva, intervenção estatal como garantidor do bem estar social possibilitaram alguns ganhos à classe trabalhadora (SASSEN, 2015). Contudo, o próximo ciclo do capitalismo foi marcado pela teoria neoliberal, sendo algumas de suas premissas a não intervenção estatal, a desregulamentação da economia e a obtenção de lucros. As últimas três décadas foram marcadas pelas mudanças que a doutrina neoliberal trouxe, bem como seus frequentes fracassos evidenciados pelos *deficits* crônicos de receita, redistribuição desigual de riquezas e rendas, políticas fiscais e não menos importante, crises financeiras (BRODIE, 2015).

A recente crise financeira de 2008 trouxe à tona os malogros que vinham ocorrendo nas últimas décadas, bem como evidenciou movimentos e estudos críticos aos neoliberais. Autores como Janine Brodie, Saskia Sassen, Claire Cutler, Stephen Gill entre outros fazem parte de uma vertente crítica ao vigente sistema de governança global neoliberal. Segundo a abordagem crítica, a atual governança global escolhe para *quem* ela governa, mantendo a estrutura vertical e desigual das relações internacionais, na qual os países marginalizados são os mais prejudicados nessa lógica de governança (SASSEN, 2015).

A repercussão negativa da grande recessão de 2008 gerou a expectativa que tal episódio seria o fim da era neoliberal. Contudo, a resposta à crise foi mais uma vez estímulo e austeridade, mantendo problemas estruturais como sistemas financeiros complexos e ativos bancários altamente concentrados. Após a crise, defensores da doutrina afirmaram que a mesma não era o problema e sim apenas alguns elementos dentro dela (SASSEN, 2015). A primeira medida governamental de reestruturação, ao final de 2008, foi a viabilização de enormes empréstimos públicos a bancos e indústrias prestes a falirem, coordenados por líderes do G20¹. Tais estímulos “eram superficiais, direcionados e temporários, ou seja, não enfrentaram o sistema, apenas o fortaleceram” (SASSEN 2015). A segunda medida tomada foi a adoção da chamada “austeridade contemporânea”, em 2010. Nesse contexto da crise, banqueiros, autoridades financeiras e a elite mundial declararam que “*down is up*”, ou seja, mesmo com o desemprego em massa houve corte de gastos sociais, aumento de impostos e

¹ G20 é um grupo internacional formado pelos chefes dos bancos centrais e ministros de finanças das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia, fundado em 1990. Entre os principais objetivos do G20 estão o debate entre países membros sobre formas sustentáveis de desenvolvimento econômico, desregulamentação econômica para abertura de mercados e liberalização comercial e o favorecimento de negociações econômicas entre os membros.

criação de novas taxas. Deste modo, a situação da população dos países pobres tornou-se ainda mais vulnerável.

III. Organizações Internacionais

Como mencionado, a atual governança global intenta, dentre seus objetivos, solucionar problemas que são pertinentes a todos os Estados do globo (YOUNG, 1994 apud HURRELL, 1999). Um dos princípios estruturais da mesma são as Organizações Internacionais como atores na esfera internacional². Um modelo de análise neomarxista expressado por Robert Cox bem como Stephen Gill e Craig Murphy propõe “ajustar as categorias de Gramsci de forma a torna-las operativas no contexto das relações internacionais “ e “somar peso crescente a processos e forças transnacionais” (Velasco e Cruz, 2000). Em seu livro, Murphy (1994), argumenta que as organizações internacionais contribuíram e contribuem de forma crucial na manutenção da relativa estabilidade do sistema internacional. Segundo o autor, são essas instituições que poderiam ter complementado as funções estatais em “três tarefas básicas : 1) "promover a indústria através da expansão dos mercados internacionais"; 2) "satisfazer/compensar potenciais oponentes das novas indústrias", e 3) "manter um equilíbrio estável do poder militar (MURPHY, 1994, p. 42 apud VELASCO E CRUZ, 2000). As instituições internacionais, especialmente as organizações internacionais, são movimentos estratégicos do sistema internacional e não emanções espontâneas, “Elas resultam de ações de alcance estratégico informadas por visões de longo prazo sustentadas por certa classe de agentes” (VELASCO E CRUZ, 2000, p. 44), ou seja, as organizações internacionais que “sobrevivem” são aquelas que os Estados e as forças sociais poderosas selecionam.

Em artigo de Kratochwill e Ruggie (1986), argumenta-se que outro dilema da pesquisa acerca do campo das organizações internacionais deu-se, pois, a mesma focou no amplo, ou seja, nos estudos de regime internacional que se tornaram os estudos sobre

² As organizações internacionais possuem uma trajetória pendular durante o século XX. Após passar pela polaridade realismo-idealismo pós segunda guerra mundial; predominância do realismo pós início da guerra fria; foco em como as organizações internacionais formais eram de fato nos anos 40 e 50; ascensão da onda behaviorista e foco nos estudos sobre integração regional nos anos 60; foco nos estudos sobre regimes internacionais e redes de interdependência nos anos 70 e 80; e, por fim, o debate entre neorealistas e institucionalistas liberais nos anos 90, tornou-se aparente que uma definição acerca das organizações internacionais é relativamente complexa (HERNANDEZ, 2015).

governança global, abandonando os estudos nas organizações internacionais propriamente ditas. O presente artigo científico se vale do conceito Kratochwill: “organizações internacionais são aquelas que possuem hierarquias formais de processo decisório e que, caracteristicamente, são entidades palpáveis, burocracias com sedes que estabelecem diretivas e possuem capacidade de administrar certos programas e atividades” (KRATOCHWILL, 1994, p. 12 apud HERNANDEZ, 2015, p. 50). Atualmente, dentre as organizações internacionais existentes podemos citar o Fundo Monetário Internacional, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e a considerada mais importante, a Organização das Nações Unidas.

IV. FAO e Segurança Alimentar

O presente artigo tem por objeto pesquisar a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Esta constitui-se na principal organização internacional que se debruça sobre questões e conceitos que envolvem a insegurança alimentar. Segundo a instituição, seu intuito é ajudar os governos a desenvolverem políticas públicas e projetos que possam por fim à fome no mundo (FAO, 2015).

A fome é um desafio global de origem histórica. A falta de acesso ao alimento é um problema histórico que atinge prioritariamente os países periféricos do sistema, os mesmos que anteriormente sofreram com processos de colonização e na atualidade seguem explorados na lógica da governança global liberal. Atualmente, 1.4 milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, o que levou as Nações Unidas, nos anos 2000, a dispor como um dos objetivos do milênio a “erradicação da pobreza extrema e a fome” (BANCO MUNDIAL, 2013). Recentemente o combate a fome, ou o acesso ao alimento, é conhecido como segurança alimentar e nutricional. Essa é uma agenda da qual se ocupam tomadores de decisões³, aparatos jurídicos e organismos internacionais - entretanto, ainda pouco estudada em pesquisas científicas no campo das Relações Internacionais (CORDERO, 2013).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, criada em substituição ao Instituto Internacional de Agricultura, lidera os esforços internacionais na

³ Como exemplo, temos o fome zero é um programa que faz parte do plano Combate a Fome, criado pelo governo federal brasileiro, que visa o direito de alimentação a sua população. Para tal, criou o bolsa família responsável por garantir uma renda mínima que assegure o acesso ao alimento.

erradicação da fome e da insegurança alimentar. O contexto internacional na qual a organização fora criada, durante os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, era marcado por um lastro de fome, miséria e por uma noção de segurança ainda restrita. Em 1945 quando a então Segunda Guerra Mundial guerra finda inicia-se a Guerra Fria que viria a determinar como seria a nova ordem mundial⁴ pelos próximos 40 anos, pelo menos.

O surgimento da FAO deu-se em 1943, quando o presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, convocou 44 governos para a conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura. Eles se reuniram em Virginia entre os dias 18 de maio e 3 de junho daquele mesmo ano, iniciando um movimento que se consolidou dois anos depois. Sob o convite da comissão interna das Nações Unidas sobre agricultura e Alimentação, no dia 16 de outubro de 1945, reuniram-se no Quebec, os representantes daqueles países para assinarem a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Com o fim da guerra, as funções que antes eram responsabilidade do antigo Instituto Internacional de Agricultura, foram transferidas para a recém-criada FAO.

A FAO encontra-se presente em 191 países mais a Comunidade Europeia, sendo mais fácil citar os países que não fazem parte da organização, como Brunei, Liechtenstem, Singapura, a cidade do Vaticano e os estados não reconhecidos. Sua rede compreende 5 oficinas regionais, 10 escritórios sub-regionais e 74 escritórios nacionais. É composta por 6 departamentos: Agricultura e Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico e Social; Pesca e Aquicultura; Silvicultura; Serviços Corporativos; Recursos Humanos e Finanças e Cooperação Técnica. Segundo os dados de novembro de 2013, a FAO empregava 1.795 profissionais e 1.654 funcionários de apoio, sendo que desse numero, 58% estão

⁴ A Guerra Fria inicia-se e com ela os conflitos entre as duas maiores potencias do globo, os Estados Unidos sob influencia do capitalismo, buscando construir uma política de poder verdadeiramente mundial e as URSS defendendo a economia planificada e o projeto de socialismo. A Guerra Fria passa pelos seus momentos entre 1947 a 1955 caracterizado como período “quente” da guerra ; de 1955 a 1968 passando pela lógica da coexistência pacífica; e deste momento até o final da década de 70 que marca o seu “fim”. O presente artigo, baseado no livro organizado por José Flavio Sombra Saraiva (2001), sustenta-se a tese de uma Guerra Fria mais curta , temporalmente falando, pois o período pós 1968 também é marcado pelo “renascimento europeu, pela retomada do desenvolvimento japonês, pela emergência afro-asiática e pela presença positiva da América Latina na edificação de uma ordem internacional”, desdobramentos tangentes ao período da Guerra Fria (p. 16). A década de 1970 foi marcada pela *Détente*, que demonstrou a não flexibilização entre as super potencias; pela diversidade de interesses no sistema internacional, a crescente participação dos países de Terceiro Mundo na construção da nova ordem mundial econômica e as oscilações nos preços do petróleo e dos juros (SARAIVA, 2001). Os acontecimentos da década referida a pouco foram pontos de partida para a Terceira Revolução Industrial, também chamada de globalização, e para revisão do papel dos estados nacionais dentro do sistema internacional.

localizados em sua sede. Vale informar que nos últimos 15 anos, a proporção de mulheres na categoria profissional quase dobrou de 19 para 37 por cento.

Devido a grande extensão de suas atividades, a FAO é o órgão da ONU que lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e insegurança alimentar. Em 2010-2011 foram implementados pela FAO programas e projetos com um valor total de US \$ 1707 milhões. Desse valor, 5% é financiado por contribuições através do programa de Cooperação Técnica da FAO (TCP) e do Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA), 25% por contribuições voluntárias pelo Programa Cooperativo do Governo, 6% pelo Fundo Unilateral Trust (UTF) e o restante, 64%, por outras formas de fundos fiduciários que incluem programas da ONU. O orçamento regular é compreendido pelas contribuições dos países membros, e é definido da bienal da Conferência da FAO. Em 2014-2015 é esperado um orçamento de cerca de US \$ 2,4 bilhões, estimando-se que as contribuições voluntárias serão de US \$ 1,4 bilhões (FAO, 2015).

A cada dois anos acontecem a Conferência da FAO, dentre seus objetivos esta rever as questões políticas de governança global e âmbito internacional, avaliar o trabalho realizado e aprovar o orçamento do próximo biênio. A conferência também elege os membros do conselho, para servir 3 anos de forma rotativa e são eles que procedem a fiscalização executiva do programa e atividades orçamentárias. É eleito também o Diretor Geral para um mandato de 4 anos que pode ser renovado uma única vez. O atual diretor é Jose Graziano da Silva, que assumiu suas funções no dia 1 de janeiro de 2012 e permanece no cargo até 31 de julho de 2015.

Os atuais objetivos da FAO são três: a erradicação da fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; a eliminação da pobreza e impulsionar o progresso econômico e social para todos; e, gestão e utilização dos recursos naturais, incluindo a terra, água, ar, clima e recursos energéticos.

Atualmente a FAO desenvolve 12 projetos a fim de alcançar os seus objetivos, dos quais os mais voltados para a área da segurança alimentar, são: IARBIC- A intensificação das Cooperativas de Agricultura Reforçadas pela Entrada de Lojas; Capacitação da segurança alimentar, ou seja, intervenções destinadas a melhorar a segurança alimentar da população mais vulnerável e marginalizada; Pesticidas melhorados e gestão de substâncias químicas na ex-União Soviética; Núcleo de Capacitação em Políticas Públicas; PESA- Programa Especial de Segurança Alimentar; Programa de Cooperação entre FAO e Brasil; IALCSH- Apoio a Iniciativa América Latina e Caribe sem fome; MAFAP- Monitoramento

e análise de Políticas agrícolas e Alimentares; Programa de cooperação entre FAO e Espanha; Fortalecimento do Sistema de prevenção e Controle da Raiva Paralytica Bovina.

O atual conceito de segurança alimentar utilizado pela FAO é fruto de diversas mudanças que ocorreram no cenário mundial pós-guerra fria e trouxeram um novo conceito de segurança, o qual passou a ser debatido sob diversas óticas construindo diferentes debates, posto que, o conceito realista e neorrealista⁵ entra em “crise” e não mais corresponde aos desafios próprios da época. “A revisão teórica sobre segurança parte do conceito tradicional, voltado para a guerra e o poder, para chegar a uma elaboração mais atual, isto é, um conceito de segurança humana onde o sujeito de estudo é o individuo e suas necessidades” (CORDERO, 2013).

Divididos entre expansionistas e construtivistas, aqueles acreditam ser necessário “equilibrar o conceito de segurança nacional, incluindo outros aspectos de natureza não estratégica (...), tais como o narcotráfico, o terrorismo, dívida pública, pobreza e a fome, entre outros” e assim inicia-se uma reconsideração dos conceitos tradicionais de segurança internacional (CORDERO, 2013). O novo conceito de segurança passa a ser inclusivo da coletividade internacional nas quais diversas ameaças cabem, tornando a segurança um conceito concebido como tudo aquilo politicamente desejável e atrativo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as várias percepções de ameaças podem vir a ser agrupadas em sete dimensões: Segurança Econômica, Segurança Alimentar, Segurança da Saúde, Segurança Ambiental, Segurança Pessoal, Segurança da Comunidade e Segurança Política, todos amplamente relacionados e interdependentes.

O conceito de segurança alimentar está intimamente ligado ao de segurança humana. Tal concepção surge com o fim da Guerra Fria e como resposta ao papel dos direitos humanos nos discursos da agenda internacional, que trouxeram à tona a percepção de que existem novas ameaças a segurança internacional que vão além das fronteiras. Segundo K. Bajpai (2000, 1-4 apud CORDEIRO, 2013, p. 19):

A segurança humana se refere à proteção da segurança e a liberdade das ameaças diretas e indiretas da violência pessoas do individuo. A promoção do desenvolvimento humano e a governabilidade, e, quando for preciso, o uso coletivo das sanções e a força são fundamentais para a gestão da segurança

⁵ Para os realistas o conceito de segurança esta atrelado a uma de suas premissas: a sobrevivência dos estados em um ambiente anárquico. Segundo a teoria, os estados prezam pela sua sobrevivência e para tanto tem a segurança como um bem de soma zero, uma segurança de um Estado só é atingida se um outro estado estiver vulnerável. Para os neorrealistas o desejo pela sobrevivência é mantido, porém a segurança, principalmente a segurança nacional, passa a ser medida comparativamente a outros estados. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

humana. Estados, organizações internacionais, organizações não internacionais e outros grupos da sociedade civil em combinação são vitais para as perspectivas da segurança humana.

A evolução do conceito de segurança alimentar tem como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, reconhecendo o direito ao alimento como eixo do bem-estar das pessoas. Ganhou visibilidade entre os anos 1972 e 1974, durante o primeiro choque do petróleo, que culminou no aumento dos preços do mesmo e dos fertilizantes, diminuindo os estoques de grãos e resultando na preocupação pelo abastecimento alimentar a nível mundial. O termo foi usado pela primeira vez em 1974 durante a Conferência Mundial da Alimentação, organizada pela FAO, referendado como “forma de garantir em todo o tempo o abastecimento alimentar suficiente para cada pessoa” (CORDERO, 2013, p. 31), sendo a insegurança alimentar conceituada como “um problema de oferta em um sistema de troca livre” (CORDERO, 2013, p.31) de forma que a solução era a aplicação de políticas que promovessem o aumento da fertilidade e produtividade dos solos. Nos anos 1980, a liberação do comércio internacional e o impacto da fome no continente europeu reordenou o conceito de segurança alimentar para “proporcionar, a todos e em todos os momentos, o acesso físico e econômico a alimentos básicos”. A redefinição deu-se, pois, “foi percebido que o problema da insegurança alimentar não apenas respondia a um problema de oferta, mas também a um problema relacionado com o poder de compra das pessoas” (CORDERO, 2013). Dessa forma, notou-se que o conceito antes restrito a questões referentes a comercialização, produção e nutrição passa a englobar as relações sociais construídas entre os agentes participantes dos processos de transformação e distribuição.

O conceito atual, adotado pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial, o Conselho e a Conferência da FAO, em 1996, estabelece que:

A segurança Alimentar existe quando todas as pessoas têm, em todos os momentos, o acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades energéticas diárias e preferências alimentares a fim de levar uma vida ativa e saudável (FAO, 2010a; 4).

Segundo a FAO, a segurança alimentar é composta por quatro componentes principais, que determina de forma geral o seu desempenho. São eles, (1) disponibilidade, (2) acesso, (3) utilização ou uso dos alimentos, (4) a estabilidade no campo das três dimensões anteriores. A disponibilidade dá-se através da oferta que se destina a cada ser humano, sendo essa provida através da produção das importações, de doações ou de estoques e reservas existentes (FAO, 2010a; 5). Porém apenas ter disponibilidade não é suficiente, é necessário

que as pessoas possam ter acesso a oferta de alimentos, sendo o acesso possível através da produção ou compra do mesmo. Contudo, a compra depende de dois aspectos: os preços e a renda das pessoas, assim, o acesso fica condicionado a possibilidade de ter renda o suficiente para ser possível a compra da alimentação necessária (FAO, 2013a; 16). Espera-se que com disponibilidade e acesso garantido não exista insegurança alimentar, porém costumes alimentares, de tratamento ou conservação, podem afetar negativamente a segurança alimentar. E por fim, o último componente, é o que irá garantir “uma segurança alimentar em termos de metas nacionais, sendo imprescindível num estado de segurança alimentar generalizado” (SWINDALE; BILINSKY, 2006; FANTA, 2003). Para a FAO, só existe segurança alimentar quando as quatro dimensões se sincronizam, realçando que a quantidade é tão importante quando a qualidade.

Outros conceitos foram desenvolvidos no âmbito da FAO, que se tornaram importantes para entender a complexidade da segurança alimentar, o alcance desse conceito e sua aplicabilidade a nível internacional. Tais conceitos discorrem sobre a duração e a gravidade da segurança alimentar, dos níveis de fome, desnutrição e pobreza (CORDERO, 2013).

Para analisar a segurança alimentar é necessário distinguir entre os tipos de insegurança alimentar segundo a gravidade e a duração da mesma. Assim, a insegurança alimentar, falando em duração, pode ser crônica, estacional ou transitória (FAO, 2013^a; 26). A crônica tem em suas causas longos períodos de pobreza, falta de capital ou falta de acesso aos meios necessários para a produção de alimentos. A transitória pode ser causada por choques ou flutuações que a, curto prazo, afetem a disponibilidade e acesso aos alimentos (FAO, 2010a; 10). A insegurança estacional é o meio termo entre a crônica e a transitória, é caracterizada por uma insegurança cíclica na falta de alimentos, prevalece durante alguns meses, todos os anos, finda, e torna a voltar. A insegurança alimentar, falando em gravidade, é analisada de forma a determinar o grau de importâncias dos alimentos que faltam ou que possuem um preço muito alto, dificultando assim o seu acesso, é caracterizada pela busca por alimentos substitutivos, caso existam, e então implementa-se alguma política dirigida a garantir o acesso e a disponibilidade dos nutrientes necessários.

A vulnerabilidade, conceito auxiliar no entendimento da segurança alimentar, é estratificada em três fases: a primeira como efeito do resultado de algo, a segunda como resultante de vários fatores de risco e a terceira consiste na incapacidade de lidar com os riscos. (FAO, 2010b; 4).

Para planejar estratégias de segurança alimentar, e assim atingir as metas desejadas, é necessário conhecer alguns conceitos que interferem nesse planejamento. São eles, a fome, a desnutrição e a pobreza, conceitos intimamente ligados com a segurança alimentar. O termo fome “se associa a sensação que provoca incomodo e dor, e que é originada pela não ingestão de alimentos. Cientificamente, é a privação de alimentos” (FAO, 2010b; 6). Associado a este conceito está o da subnutrição, que consiste em identificar aquela parcela da população que tem acesso ao alimento, mas é energeticamente insuficiente. Contudo, existem pessoas que consomem a quantidade de calorias e proteínas, mas não consomem suficientemente os micronutrientes necessários, essa parcela da população sofre do que se denomina por “fome encoberta”. Assim podemos dizer que todos os que sofrem com a fome, sofrem também com a insegurança alimentar, mas nem todos que sofrem com a insegurança alimentar passam fome. (FAO, 2010b; 6-7).

A desnutrição, mesmo atrelada ao conceito de fome, tem suas particularidades, tendo a ver com excessos, deficiências ou desequilíbrios no consumo de micronutrientes. Desnutrição pode, ou não, ser vinculado a insegurança alimentar, visto que, existem pessoas que são desnutridas, mas não por falta de acesso a alimentos, portanto logo não sofrem de insegurança alimentar. Existem os que sofrem da insegurança alimentar temporária, que estão passando por um período de falta de acesso a alimentos, mas não serão consideradas desnutridas e aquelas que estão vulneráveis a insegurança alimentar, mas que ainda não sofrem de desnutrição, logo não são associadas ao conceito.

A pobreza, frequentemente associada à segurança alimentar, é um conceito que foi sendo desenvolvido ao longo dos anos por organismos internacionais, e sua definição consiste em “englobar diversas dimensões de privação, relacionadas com necessidades humanas como o consumo alimentar, saúde, educação, direitos de voz, segurança, dignidade e trabalho decente” (CORDEIRO, 2013). Visto como um conceito multidimensional, ao tratar da segurança alimentar, escolhemos o conceito nível de renda, que são as linhas de pobreza, são as pessoas que vivem com menos de um dólar americano por dia. Nesse sentido, a pobreza que afeta a segurança alimentar é aquela cujo o individuo não possui renda o suficiente para subsistir, sem condições de comprar os alimentos necessários para sua segurança alimentar, o que gera um desenvolvimento físico e mental deficiente, que por sua vez, gera um recurso humano com baixa produtividade resultando em mais pobreza, fechando um circulo vicioso entre pobreza e segurança alimentar.

O presente artigo se vale da perspectiva de que segurança alimentar ou a ausência da mesma é mais que uma situação, é resultado de um quadro político montado por aqueles que detêm o poder. Isto posto, é importante para esta análise a conceituação de soberania alimentar e como a mesma diferencia-se do conceito de segurança alimentar. Aquele conceito surgiu na década de 1990 e tornou-se suporte para a criação e atuação de várias ONGs, sendo nominado e desenvolvido pela Via Campesina ⁶ é definido como:

“Direito das populações, países ou união de estados em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e as diversidades dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental” (Foro Mundial de Soberania Alimentar, 2011).

Segundo o movimento, as práticas neoliberais destroem a segurança alimentar, pois priorizam o comércio internacional sem contribuir à alimentação dos povos ou na erradicação da fome, pelo contrário, aumentam a dependência das importações agrícolas, reforçam a industrialização da agricultura entre outras consequências.. A soberania alimentar é criada para garantir aos povos segurança alimentar e nutricional, por isso a Via Campesina defende que seja definido um novo padrão para trocas comerciais de forma que seja prioridade a produção local, regional frente a exportação, que autorizem os países a defenderem-se das importações com preços muito abaixo do mercado, que ofereçam ajuda econômica aos camponeses para que eles a preços baixos e garanta a estabilidade dos preços agrícolas por meios de acordos internacionais de controle de produção (CORDERO, 2013).

De acordo com a FAO (2008), em 2007, 75 milhões de pessoas e mais 40 milhões em 2008 vieram a aumentar os números referentes à insegurança alimentar mundial. Matematicamente falando, isso nos leva a crer que o número de pessoas famintas no mundo seja de 963 milhões contra os 923 milhões em 2007. O Ministério da Agricultura dos Estados Unidos anunciou que “em 2006, 36,2 milhões de americanos estão na situação de insegurança alimentar, incluindo 12,4 milhões de crianças” (DOC TAGV/FEUC, 2009, p. 11). Diante de tais dados, a FAO publica seu nono relatório intercalar, “O estado da

⁶ “ Via Campesina é um movimento internacional que coordena 150 organizações camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, comunidades indígenas, trabalhadores agrícolas, jovens e sem terra em 70 países do mundo que defendem uma agricultura familiar e sustentável (...) é considerado um dos principais atores nos debates alimentares e agrícolas, sendo ouvida por instituições como a FAO e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas” (CORDERO, 2013, p. 35)

insegurança alimentar no mundo 2008”, sobre a fome no mundo desde a Cimeira Mundial de Alimentação (CMA) de 1996. Neste documento a organização enfoca como problema chave da fome mundial os efeitos da evolução de preços excessivo dos bens alimentares e que tem por consequência a redução no poder de compra daqueles que praticamente já não o possuem. No presente documento a FAO argumenta que a fome continua em expansão, sendo 80 milhões de pessoas a mais em relação ao período de 1990-92 e como dito acima, a causa é a elevação dos preços dos bens alimentares. Segundo a organização, a classe de pessoas mais atingida pela fome são as famílias mais pobres, sem terra e dirigida por mulheres, que por terem sua capacidade de rendimento reais reduzida, ou seja, o quanto a família pode adquirir em um supermercado, são as mais atingidas pela insegurança alimentar e pela desnutrição, diminuindo a quantidade e qualidade dos alimentos (DOC TAGV/FEUC, 2009).

V. Analisando a FAO

A resposta a essas situações segundo a organização é a adoção de medidas como controle dos preços e restrições à exportação, contudo, a FAO assume que tais medidas imediatistas podem ser inviáveis e até mesmo prejudiciais. O relatório aponta ser essencial a abordagem global de duas frentes e para tal, é preciso à união de forças e a padronização de medidas entre governos, sociedade civil, organizações não governamentais, as Nações Unidas e o setor privado para fazer frente ao contínuo aumento de preços dos produtos alimentícios. As duas abordagens citadas são a adoção de “medidas que permitam ao setor agrícola, e sobretudo aos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento, responder a crise alimentar”; e a construção de “redes de segurança e programas de proteção social minuciosamente bem direcionadas para as pessoas que mais sofrem de insegurança alimentar e que são as mais vulneráveis” (DOC TAGV/FEUC,2009).

Respectivamente, para a primeira medida a organização indica que prover acesso a sementes, adubos, alimentos para animais e realizar investimentos públicos nas infra-estruturas rurais e nos serviços essenciais como estradas, irrigações, recolha de água, armazenamento, matadouros entres outros serviços úteis, irão ajudar os produtores locais e estes irão aumentar a oferta no meio que vivem, fazendo com que o preço dos alimentos caia. Em longo prazo, a FAO assinala a necessidade de também prover ao setor agrícola dos países em desenvolvimento aumento da capacidade de procura. O esforço em melhorar a

capacidade de produção do setor agrícola nos países em desenvolvimento, segundo a organização, deve ser o “centro de políticas, estratégias e programas que visam assegurar a segurança alimentar numa base duradoura” (DOC TAGV/FEUC, 2009, p. 25).

Para a segunda medida, a FAO alega ser “indispensável a adoção de uma estratégia coerente e coordenada”. Dessa forma, medidas unilaterais não serão capazes de resolver o problema da fome no mundo, é preciso medidas multilaterais com investimentos de grandes amplitudes que possam fornecer *soluções* duradouras, bem como, é necessário que todos dentro da comunidade internacional estejam na mesma página, ou seja, equalizados. O diretor geral da FAO em 2008, Jacques Diouf, acredita que a Conferencia de alto nível sobre a segurança alimentar mundial de Roma em 2008 e importância dada pela Cimeira do G8 aos elevados preços dos bens alimentícios e dos combustíveis são “provas de uma vontade política crescente de reduzir a fome”. (DOC FAGV/FEUC, 2009).

A FAO declara serem várias as causas da crescente insegurança alimentar mundial, mas em seu último relatório enfoca o preço dos alimentos como principal fator. Segundo a organização são várias as causas desse excessivo aumento, fatores ligados tanto a oferta, como níveis de existência de determinado produto, instabilidade no mercado, baixas de produção e preço dos produtos petrolíferos, à procura por biocarburantes, modos de consumo entre outros.

A importância que a presente organização mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura possui é inegável, bem como seu papel no cenário internacional e no combate a fome mundial. No entanto existem outras leituras, argumentos e autores que evidenciam as assimetrias dessa atual governança global com viés neoliberal e o papel que a presente organização protagoniza nesse meio. Como elaborado no artigo, “E a chaminé? Relatos Etnográficos sobre políticas públicas e a Terra Indígena (TI) de Panambizinho” dos autores, Simone Becker e Rogério Andrade (2013) que relatam a implementação dos fogões ecológicos, projeto desenvolvido pelo PNUD e pela FAO, na Terra Indígena (TI) de Panambizinho, Mato Grosso do Sul, Brasil. Os fogões foram instalados de forma colonialista, na medida em que não realizaram a consulta prévia, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. No momento atual, os fogões não trouxeram aspectos positivos aos indígenas Guarani e Kaiowá, residentes daquela TI, pois são maiores que a estrutura de suas casas e quando utilizados as paredes começam a se mexer, tornado-se inutilizável (BECKER, ANDRADE, 2013).

A FAO desenvolve projetos de cooperação técnica que investem na agricultura e nas infraestruturas rurais com o intuito de sanar o problema da tensão entre oferta e procura e como citado acima, em seu relatório de 2008 propõe como resposta a crise alimentar o incentivo a pequenos agricultores. Contudo, faz-se necessário e este é um dos argumentos da presente autora, olhar de que forma e para quem estes investimentos são orientados, desenvolvidos e efetivados. Em um relatório desenvolvido pela própria ONU, em 2005, revelou-se que os principais ganhadores da liberalização econômica foram os grandes produtores, importadores e intermediários, enquanto que os pequenos produtores, ou seja, a maioria nos países em desenvolvimento, foram largamente prejudicados. “Em todo o mundo, a liberalização do comércio esta a forçar os agricultores a abandonarem suas terras e a pequena agricultura tradicional está a ser destruída a favor do “negócio agrário da grande empresa multinacional” (DOC FAGV/FEUC, 2009, p. 123).

O Acordo sobre Agricultura juntamente com a ronda do Uruguai, foi introduzido na OMC e entrou em vigor em 1995 e sua aplicação trouxe a redução de tarifas protecionistas para pequenos agricultores nos países subdesenvolvidos enquanto permitia que as grandes potências pagassem subsídios aos seus agricultores – uma medida que países subdesenvolvidos não teriam condições de adotar. Também esta previsto no acordo que a Europa e os Estados Unidos possam gastar cerca de 380 mil milhões de dólares em subsídios aos agricultores. Contudo, nos Estados Unidos, 70% desse valor é direcionado aos grandes agricultores, os *agro business* que representam apenas 10% do total e na Europa, 50% do valor é destinado à 1% dos agricultores. (DOC FAGV/FEUC, 2009). A lógica do livre comércio na agricultura tem feito reféns os pequenos agricultores a volatilidade do mercado dos bens alimentares, obrigando aos países em via de desenvolvimento a adotar estratégias assentadas na exportação, forçando-os a exportar enquanto a própria população local passa fome.

Para além das causas citadas pela FAO, existem outros fundamentos que explicam a crise alimentar, contudo, são fontes das quais a organização não se vale. A crise financeira de 2008 trouxe diversas consequências que também influenciaram nos dados progressivos da insegurança alimentar, “a especulação financeira contribuiu para a subida dos preços dos cereais quando os investidores ricos inundaram os mercados futuros dos bens agrícolas a procura de melhores rentabilidades” (DOC FAGV/FEUC, 2009, p. 48). De acordo com a AgResource Co, uma empresa de investigação sobre agricultura, os investimentos em fundos

de índice em milho, trigo, gado e porcos aumentaram de 10 milhões em 2006 para 47 milhões de dólares em 2007. (DOC FAGV/FEUC, 2009).

A indústria agroalimentar contrariamente vive em meio à crise um de seus momentos mais promissores. As grandes empresas como MonsantoCo, Deere & Co, Masaic Co que trabalham na fabricação de sementes e herbicidas, na construção de tratores, máquinas, ou na produção de fertilizantes declararam que os seus lucros fiscais aumentaram 42% no terceiro trimestre de 2008. As empresas do ramo agroalimentar argumentam que não são os responsáveis pela crise ou pelo crescente aumento de preços, contudo, grandes empresas como Unilever, Nestlé SA e Danone SA transferiram aos consumidores os aumentos e os custos derivados da subida nos preços das matérias primas. (DOC FAGV/FEUC, 2009). Dessa forma, a consequência do aumento dos preços nos bens alimentícios transferidos aos consumidores reflete na redução de quantidade e qualidade de alimentos (plano nutritivo), contribuindo com a insegurança alimentar.

VI. Considerações Finais

A governança global com viés neoliberal carrega consigo premissas básicas como racionalismo econômico⁷ e liberalização do comércio. A adoção desse modelo pelos Estados, por vezes incentivados ou por vezes forçados, trouxe a liberalização econômica e a remoção de barreiras comerciais, sendo estas as tarifas às importações e o subsídio às exportações. É um modelo defendido pelos países ricos, por grandes corporações privadas e instituições internacionais cujo argumento central é que a difusão do comércio irá atingir outras áreas e conduzirá a redução da pobreza, ao emprego e ao bem-estar social. No entanto, a realidade desvela o mito de que este modelo seria favorável a todos: “em 2005, mais de 800 milhões de pessoas não tem o suficiente para comer, mais de 11 milhões de crianças morrem antes de fazerem cinco anos e mil milhões de pessoas são forçadas a sobreviver com menos de um dólar por dia”(DOC FAGV/FEUC, 2009, p. 119). Segundo um estudo feito pela U.S Centre for Economic and Policy Research, a privatização, a desregulação e a liberalização reduziu o crescimento econômico e o progresso social para a maioria dos países do globo.

⁷ O lucro individual é o valor supremo, sendo a eficiência e o crescimento econômica objetivo centrais.

Diante dos desafios dessa governança global contemporânea as organizações internacionais tornaram-se peças importantes nesse jogo de poder. Dentro das relações internacionais é majoritária a concepção ontológica de que as organizações internacionais não possuem algum tipo de agência desprendido do Estado, e se concedida será condicionado ao mesmo. Ao fim dos anos 1990, um novo grupo de autores, os construtivistas, lançou novo olhar às organizações internacionais, sendo esta concebida com maior importância à política internacional e à governança global (HERNANDEZ, 2015). Já nos anos 2000, surgiu uma nova literatura não *mainstream* que concedia agência às organizações internacionais. Segundo Hernandez (2015), o que uniu essa recente literatura foi “seu ponto de partida ontológico, qual seja, de que as organizações internacionais têm capacidade de reivindicar e exercer algum tipo de agência, e, como tal, de ter papel político relevante em suas áreas de atuação, não necessariamente apenas como meras servidoras dos Estados” (p. 54).

Nesse sentido, o presente artigo buscou analisar o papel que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura desempenha nos desafios do combate a fome. Suas ações visam à cooperação internacional e na visão da presente autora, provem uma ajuda imediatista às populações que sofrem com a insegurança alimentar, principalmente a rural. Valendo-se da recente literatura acerca das organizações internacionais, argumenta-se que a FAO poderia exercer seu papel não apenas de forma arbitral e sim tocando em pontos estruturais que de fato proveriam a soberania alimentar mundial. Como outras organizações internacionais, seu objetivo, não é romper com a ordem mundial vigente, mas amenizar as contradições do sistema mundial de desigualdades. O presente artigo também tentou mostrar a incoerência entre o que a Organização propõe e o que de fato é decidido pelas grandes instituições internacionais.

Com o objetivo de exemplificar o exposto argumento cita-se umas dos novos mecanismos de governança, intitulados por *mainstream economy*, que são medidas resultantes da economia política global e dos seus mecanismos de governança (SASSEN, 2015). Um desses “novos” mecanismos de tomada de lucro é “o reposicionamento do território nacional soberano através da venda de terras para o mercado mundial”. Essa tendência mudou entre 2006 e 2011, quando governos e investidores estrangeiros compraram mais de 200 milhões de hectares em regiões como a África Subsaariana, América Latina e Ásia Central, com o intuito de construir indústrias, plantar monoculturas e acessar reservatórios subterrâneos de água, metais e minerais.. Essa venda de terras expulsa e realoca pequenos agricultores e pequenas economias de fabricação, sendo que por vezes esse restrito

pedaço de terra cedido ao pequeno agricultor é o seu único meio de subsistência. A venda de terras gera a expulsão de pequenos agricultores, o que – por consequência – gera a insegurança alimentar, tornando a soberania alimentar uma meta cada vez mais distante à população que mais necessita da mesma. Diante da estrutura exibida e ciente dos jogos de poder dentro do sistema internacional, cita-se o questionamento de Saskia Sassen⁸ “afinal, governança global para quem?”.

⁸ “Saskia Sassen é referência na área da sociologia urbana por suas análises sobre os fenômenos da globalização, da migração urbana e do impacto das tecnologias de comunicação nas formas de governo. O termo “cidades globais” foi popularizado a partir de suas pesquisas. Mestre em Ciências Sociais e Ph.D. em Economia pela Universidade de Notre Dame, foi eleita uma das 50 pensadoras globais mais influentes pela *Prospect* em 2014 e um dos 100 principais pensadores mundiais de 2011 pela *Foreign Policy*” (Fronteiras do Pensamento, 2015).

VII. Referências Bibliográficas

Banco Mundial (2015), ‘Banco Mundial’, <http://www.worldbank.org>.

BAJPAI, Kanti (2000). “The idea of a Human Security Audit”. The Joan B. Kroc Institute for Peace Report No. 19. San Diego.

BRODIE, Janine. (2015), “Income Inequality and the Future of Global Governance”. In: *Critical Perspectives on the Crisis of Global Governance: reimagining the future*, editado por GILL, New York, Palgrave Macmillan, pp. 45-68.

CASTRO, Josué de. (1984), *Geografia da Fome*. 10º ed. Rio de Janeiro, Antares.

CORDERO, Claudia Carola Rios (2013), *Evolução do conceito de Segurança Alimentar Caso Bolívia*. (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo). Dissertação de Mestrado em Ciência Política, <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06012014-124153/pt-br.php>.

CUTLER, A. Claire. (2015), “New Constitutionalism, Democracy and the Future of Global Governance”. In: *Critical Perspectives on the Crisis of Global Governance: reimagining the future*, editado por GILL, New York, Palgrave Macmillan, pp. 89- 109.

DOC TAGV/ FEUC (2009), ‘ A insegurança alimentar da economia global: situação, consequências e vias de resposta’, http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_08_09/06_alimentamos_mundo.pdf.

FAO (2015), ‘Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação’, <http://www.fao.org/home/en/>.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho (2015), ‘O Alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e seu escritório: Criação e desenvolvimento institucional (1994 – 2014)’. (Campinas: Universidade Federal de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Ciência Política, <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000956173>.

HURRELL, Andrew. (1999), “Sociedade internacional e governança global”. *Revista Lua Nova*, No. 46, pp. 55 -75.

LORENZETTI, Julia Vaz e CARRION, Rosinha Machado (2012), “Governança ambiental global: atores e cenários”. Revista Cadernos EBAPE.BR, v. 10, n. 3, p. 721-735.

MELLO, Patrícia Campos Mello (2016), ‘Moçambique oferece terra à soja brasileira’, <http://www.gritodelosexcluidos.org/article/mocambique-oferece-terra-a-soja-brasileira/>>.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. (2005), *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro, Elsevier.

PNUD (2013). ‘Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado’ (Nova York: PNUD), http://pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais.

SASSEN, Saskia. (2015), “Beyond Inequalities: Expulsions”. In: *Critical Perspectives on the Crisis of Global Governance: reimagining the future*, editado por GILL, New York, Palgrave Macmillan, pp. 69- 89.

SILVA, Marco Antonio de Meneses (2005), “Teoria crítica em Relações Internacionais”. Revista Contexto Int. vol. 27. N°2, pp. 249-282.

SWINDALE, Anne; BILINSKY, Paula (2006), ‘Household Dietary Score (HDDS) for Measurement of House Hold Food Access: Indicator Guide’ (Washington: FANTA), http://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/HDDS_v2_Sep06_0.pdf.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C (2000), “Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das Organizações Internacionais”. Revista Brasileira de Ciências Sociais- RBCS Vol. 15 no 42, pp. 39-53.

[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/autor/index](#)
[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/autor/index](#)
[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/autor/index](#)
[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/autor/index](#)
[periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/autor/index](#)

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[Copa > Tabela > Autor > Submissões Ativas](#)

SUBMISSÕES ATIVAS

ATIVO ARQUIVO

ID	MAI-D-D ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
28846	05-13	ART	Camila	OS DESAFIOS DO COMBATE A FOME: UM ESTUDO CRÍTICO DA...	Aguardando designação

AUTOR
 Submissões Ativo (1)
 Arquivo (0)
 Nova submissão

INICIAR NOVA SUBMISSÃO
 CLIQUE AQUI para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

NOTIFICAÇÕES
 Visualizar
 Gerenciar

APONTAMENTOS

TODOS	NOVO	PUBLICADO	IGNORADO	DATA DE INCLUSÃO	HITS	URL	ARTIGO	TÍTULO	SITUAÇÃO	AÇÃO
<i>Não há apontamentos.</i>										

ISSN: 2318-9452

IDIOMA
 Seleção o idioma
 Português (Brasil) ▼

CONTEÚDO DA REVISTA
 Pesquisa
 Escopo da Busca
 Todos ▼

o...docx 28846-63044-1-SM.docx 28844-63040-1-SM...docx 28844-63040-1-SM.docx Abstract TCC.docx

Procurar

Diretrizes para Autores- REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS- UFPB

1. Título: em português e inglês
2. Resumo: deverá ser descrito o problema abordado, os métodos utilizados e as principais conclusões, em português e inglês;
3. Palavras-chave: deverão ser no mínimo três e no máximo cinco, em português e inglês;
4. O artigo deverá ser entregue em formato Word ou compatível;
5. Tamanho da folha: A4;
6. Fonte: Times New Roman;
7. Tamanho de fonte do corpo do texto: 12.
8. Tamanho de fonte de resumos, *abstract* e notas de rodapé: 10;
9. Espaçamento: 1,5 no corpo do texto e simples no resumo e notas de rodapé;
10. Margens: 3,0 cm esquerda e superior; 2,5 direita e inferior;
11. Os artigos não deverão ultrapassar 60 mil caracteres com espaço, já inclusos as referências.
12. As resenhas deverão se limitar a 15 mil caracteres.
13. As notas de pesquisa deverão se limitar a 30 mil caracteres com espaço, já inclusos as referências.
14. Citação direta de até três linhas deve vir no corpo do texto e com aspas
15. Citação direta com mais de três linhas deve vir destacada no corpo do texto com recuo de 4cm, tamanho de fonte 10 e espaçamento simples.
16. Menções dos autores no corpo do texto devem seguir a seguinte forma: (Autor, Ano) ou (Autor, Ano: Pg.). Esta última sendo obrigatória para citações diretas;
17. Referências devem vir apenas no final do artigo e em ordem alfabética;
18. As referências devem seguir as seguintes normas:
 - 18.1. Livro:

MARTIN, Lisa L. (2000), *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton, Princeton University Press.
 - 18.2. Parte de Livro:

JONES, Mark. (2002), “Explaining the High Level of Party Discipline in the Argentine Congress”. In *Legislative Politics in Latin America*, editado por MORGENSTERN and NACIF, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 147-184.

18.3. Periódico:

OLIVEIRA, Amâncio e ONUKI, Janina. (2010), “Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil”. *Revista Política Hoje*, vol. 19, No 1, pp. 144-185.

18.4. Internet:

Hansard Society (2008), ‘Audit of Political Engagement 5: The 2008 Report’ (London: Hansard Society), http://hansardsociety.org.uk/blogs/parliament_and_government/pages/audit-of-political-engagement.aspx.

19. A URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;

20. Informações sobre o (s) autor (es): Nome completo, última titulação, filiação institucional, e-mail, número de telefone, endereço residencial completo. Vale lembrar que essas informações devem ser enviadas na primeira página do arquivo submetido.